

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE CULTURAL EM CONTEXTOS DE FORMAÇÃO

Irene Jeanete Lemos Gilberto

O conceito 'educação' na tradição humanista contém um sentido de possibilidade, de amadurecimento humano de ação dialógica, de amplitude entre o educador e o educando, mas ainda, de liberdade e opção. Portanto, 'educar' é fundamentalmente uma dimensão ética, não mecânica ou técnica, por isso inclui também a possibilidade do fracasso e do sucesso (NOSELLA, 2010, p. 532).

Compõem este número da Revista Eletrônica *Pesquiseduca*, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos artigos que versam sobre políticas públicas educacionais e que trazem reflexões sobre a parceria público/privado e os impactos de programas governamentais centrados nas políticas de inclusão que, de certa forma, articulam-se aos projetos que a própria sociedade defende, entre eles, a inclusão escolar de alunos de educação infantil com deficiência e o combate à discriminação da homossexualidade. Os estudos que tratam das mudanças no currículo no ensino superior e a reelaboração dos projetos pedagógicos de cursos de Graduação, em face das diretrizes curriculares dos cursos, sinalizam um

cenário de mudanças na educação superior em nosso país e a necessária compreensão do significado da relação intrínseca entre o campo das políticas e o campo educacional.

A parceria entre o poder público municipal e as escolas particulares de ensino é tratada no artigo *Programa Pró-Creche: um caso de subvenção pública à iniciativa privada*, da professora pesquisadora Beatriz Aparecida Costa, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Neste estudo, a autora retoma a produção publicada sobre o referido programa, questionando a legitimidade dessa parceria que se encontra, segundo sua análise, em desacordo com as legislações existentes atualmente a respeito do firmamento de parcerias entre o poder público municipal e escola particulares de ensino. De acordo com o estudo realizado, a autora analisa a relação entre o crescimento da rede privada de creches nos municípios por incentivo do poder público, cujo resultado foi fortalecimento do mercado, e o papel das creches e sua contribuição para a educação pública e a democratização do ensino. Questiona, assim, o embate entre o público e o privado, mostrando que as mudanças por que vêm passando a educação pública infantil, em decorrência de novos modelos que privilegiam parcerias público-privadas, acabam por colocar em segundo plano a melhoria das escolas públicas e, especificamente das creches.

A questão do combate à discriminação da homossexualidade, na proposta do Programa Federal Brasil “Sem Homofobia” é tratada por Renan Antônio Silva, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em seu artigo *Excluir incluindo ou incluir excluindo: diário de campo em uma escola inclusiva*. O autor traz, para o debate educacional, um estudo sobre o cenário das políticas públicas de inclusão, especificamente aquelas direcionadas ao combate à homofobia. Centra seu artigo na análise da realidade escolar vivida por alunos que frequentam uma escola de ensino técnico, criada dentro do Programa Federal Brasil “Sem Homofobia”, proposto pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Autorizada a funcionar a partir de 2009, com o financiamento do Ministério da Cultura (MINC), a escola está voltada ao público gay do Brasil. Com objetivo de trazer reflexões sobre os avanços e as dificuldades na implementação de políticas públicas de combate à homofobia, o estudo sinaliza que, embora os sujeitos sejam reconhecidos na comunidade escolar, ainda é notório o preconceito no âmbito familiar inclusive, e a discriminação social, em vista do não reconhecimento dos sujeitos como membros ativos na sociedade.

No âmbito das políticas de inclusão escolar de alunos de educação infantil com deficiência, o artigo *A educação infantil com foco na inclusão de alunos com TEA*, das pesquisadoras Fernanda Aparecida de

Souza Corrêa Costa, Eliana Marques Zanata e Vera Lúcia Messias Fialho Capellini, da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – UNESP, campus de Bauru, tem como foco a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. Ao tratar, inicialmente, das diretrizes propostas nos documentos legais sobre a Educação Especial e as necessárias mudanças estruturais da instituição para a escola inclusiva e democrática, as autoras tecem reflexões sobre a complexidade que envolve a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam o aprendizado das crianças. Na perspectiva das pesquisadoras, as políticas de inclusão devem ser acompanhadas de mudanças estruturais da escola, envolvendo todos os profissionais e, também, a família. Essas mudanças dizem respeito não apenas ao investimento em infraestrutura, mas também à ampliação do quadro de profissionais qualificados para formação de equipe multidisciplinar que possa atender as necessidades das crianças no que se refere à inserção, participação, desenvolvimento e aprendizagem. Concluem o artigo, sinalizando a importância da formação continuada dos professores para que melhor compreensão do processo de inclusão a partir da prática concreta e da realidade social dos educandos.

A formação de sujeitos, especificamente, de jovens nas ações comunitárias é objeto de estudo no artigo *Juventudes: Diversidades e Experiências Formativas no campo*, de Fabrício Oliveira da Silva, Adelson Dias de Oliveira e Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios, pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Neste artigo, os autores trazem reflexões sobre a pesquisa realizada com jovens oriundos de diferentes lugares do semiárido baiano que fazem parte da República de Estudantes do Centro de Formação Dom José Rodrigues, localizada em Juazeiro/BA, comunidade esta mantida e coordenada pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA. Ao contextualizar as narrativas dos sujeitos no conjunto de uma proposta voltada ao conhecimento do semiárido brasileiro em vista do desenvolvimento da região, o trabalho propôs-se a contribuir para a compreensão do significado da participação dos jovens inseridos nessa comunidade e as ações por eles empreendidas que podem contribuir para mudanças na região. Em suas conclusões, com base na análise compreensiva das narrativas dos sujeitos, analisam os diferentes espaços de atuação dos jovens do campo no semiárido baiano, destacando o processo de constituição das experiências na formação dos jovens. Em suas conclusões, os autores sinalizam a importância de um olhar mais atento para a formação desses jovens nas comunidades, considerando que a complexidade da formação na zona rural envolve diferentes dimensões, entre as quais a vivência no ambiente familiar, escolar e no

trabalho, dimensões essas que se cruzam no processo de formação e de construção social dos quais não se pode excluir a diversidade.

O que pensam os estudantes do ensino médio sobre o ser cidadão é temática do artigo *Perspectivas de cidadania dos alunos da Escola Estadual "PT" de Ensino Médio – Mirassol D'Oeste*, da pesquisadora Ana Claudia Alonso Ribeiro, da Universidade do Estado de Mato Grosso. Neste trabalho apresenta um estudo sobre resultados da pesquisa realizada sobre as percepções dos estudantes do segundo e terceiro ano do ensino médio de uma escola estadual a respeito de cidadania. A autora toma como pressuposto que a escola e, especificamente, o ensino médio, desempenha papel importante na formação da cidadania dos jovens, em relação ao estímulo à sua participação na sociedade como sujeitos críticos e responsáveis. Com base no conceito de Paulo Freire sobre o desenvolvimento da consciência crítica para o desenvolvimento da questão de pesquisa, aponta os resultados da investigação que compõem um cenário de falta de predisposição dos estudantes para participação em atividades políticas e em associações. Conclui o artigo, sinalizando a ausência de projetos que estimulem os jovens a uma participação ativa e crítica na sociedade.

A violência contra a mulher, os preconceitos existentes e seu papel na sociedade e na educação são temáticas tratadas no artigo *A mulher no cenário da cultura escolar brasileira: do século XVIII ao XXI*, de Ada Augusta Celestino Bezerra e de Isabela Araujo Lima, pesquisadoras da Universidade Tiradentes (UNIT). As autoras trazem uma análise da pesquisa que integrou o Programa OBEDUC/UNIT e da qual participaram estudantes do ensino médio (EM) da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), participantes do semiário “Pelo fim da violência contra a mulher”. O artigo traz, inicialmente, um estudo histórico a respeito da posição da mulher no cenário educacional brasileiro, com destaque para o sua atuação na educação brasileira e no contexto da sociedade atual, destacando o papel dos professores e professoras, como intelectuais e cientistas políticos capazes de sedimentar uma nova cultura e, assim, uma contra hegemonia no que se refere às relações estabelecidas entre homens e mulheres. Na conclusão apontam a existência de preconceitos e contra a mulher e da cultura da violência ainda vigente em nosso país, não obstante as conquistas sociais asseguradas em lei.

Os processos formativos dos estudantes da Graduação, especificamente, a formação por competências são tematizados no artigo *Ensino da Administração: as traduções das competências para os planos de ensino são possíveis?*, de Sandra Stöckli Arantes e Miguel Arantes Normanha Filho, pesquisadores da UNIVAG- MT. Neste artigo os autores fazem

uma análise das dificuldades encontradas pelos professores quanto à formação dos estudantes com base nas competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais que definem o perfil do egresso. Em suas reflexões sobre os dados da pesquisa realizada com docentes de um curso de graduação em Administração na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá – MT, tomam como fundamento o conceito de tradução de Derrida para discutir a importância da escuta dos professores que participaram da elaboração do projeto pedagógico, cujo objetivo foi o de repensar o significado de competência e sua implicação no processo de formação dos estudantes. Em suas conclusões mostram que a adequação à formação de recursos humanos para o mundo do trabalho por meio de competências está mais voltada às áreas de gestão das organizações e não contempla a complexidade de formação que o curso de Administração exige. Nesse sentido, consideram fundamental, por parte dos professores, a contínua revisão do planejamento do curso e das competências necessárias para a formação do futuro profissional na área.

A questão do currículo do Curso de Farmácia é, também, foco do artigo *Melhorias na qualidade do ensino farmacêutico: um relato de experiência*, de Natália Bitu Pinto, pesquisadora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Patrícia Maria Pontes Thé, pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFCE). No trabalho as autoras tratam da mudança da proposta pedagógica no curso de Farmácia de uma instituição particular no sertão paraibano. O artigo traz, inicialmente, uma contextualização do ensino farmacêutico no país e aponta a necessidade de mudanças no curso de graduação em Farmácia, considerando as mudanças por que passa o papel social do farmacêutico em face do contexto local, social e global. Com base em relatos dos professores que participaram do processo de reelaboração curricular e da revisão e adequação das ementas das disciplinas do curso, as autoras concluem o artigo apontando, entre os aspectos positivos das mudanças do curso, o estímulo aos professores para repensarem a relação teoria e prática de forma integrada.

A formação inicial de professores de Educação Física e as atividades propostas no estágio supervisionado são focos do artigo *Professores na corda bamba: as atividades circenses na formação inicial como conteúdo da Educação Física*, de Aline de Souza Carmês, Hugo Norberto Krug, Cassiano Telles, Daiana Oliveira da Silva, pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria. Os autores tratam da formação inicial de professores de Educação Física para a educação básica, especificamente dos processos formativos dos estagiários que participaram da proposta de inserção de atividades circenses nos conteúdos da disciplina de Educação Física, ministrada durante o estágio nas escolas de educação

básica. Partindo do pressuposto de que atividades circenses incluídas nos conteúdos da Educação Física para estudantes da educação básica podem contribuir para o desenvolvimento da expressão corporal e do conhecimento sobre o corpo. Defendem que essas atividades oportunizam uma relação mais direta e afetiva entre os alunos estudantes no que se refere ao processo educativo com a sistematização de um método que facilita a organização desse processo. No artigo, descrevem as etapas de formação dos estagiários para o desenvolvimento da proposta que incorporou encontros reflexivos sobre o planejamento didático pedagógico das atividades circenses. Na perspectiva dos autores, a troca de experiências e de vivências teóricas e práticas entre os estagiários oportunizou a construção da proposta pedagógica de cada um deles, por meio do conhecimento de estratégias e de procedimentos didáticos e pedagógicos relevantes para a aula de Educação Física. Os autores concluem sobre a importância de se apresentar aos estudantes na sua formação inicial novas perspectivas para a formação de professores que envolvem a aprendizagem por experimentação e reflexão, destacando o papel do educador como um mediador do conhecimento que é constantemente construído e reconstruído durante o ato pedagógico.

A relação teoria e prática no curso de Medicina é objeto de estudo do artigo *Avaliação Sistemática da Dissecção como método de ensino e aprendizagem em Anatomia Humana*, dos pesquisadores Leandro Nobeschi, da Faculdade de Medicina do ABC, Leonardo Augusto Lombardi, da UNIFESP e Rodrigo Daminello Raimundo, Faculdade de Medicina do ABC. Os autores apresentam reflexões sobre a importância da prática da dissecação na formação dos profissionais de medicina, em face da sua contribuição para a autorreflexão sobre o humano e o desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas e de habilidades de raciocínio espacial, técnicas e afetivas necessárias ao estudante de medicina para a futura prática clínica. O debate promovido pelos autores no artigo traz, como pano de fundo, as mudanças que vêm ocorrendo nos currículos de medicina e a contribuição das tecnologias e dos métodos alternativos para o ensino de anatomia. Sem descartar as possibilidades das novas técnicas trazidas pela ciência computadorizada e que, de certo modo, estabelecem um novo conceito para o ensino da disciplina, consideram, com base na pesquisa realizada com estudantes, que são muitos os aspectos positivos das práticas de dissecação, entre os quais destacam o trabalho em equipe, o respeito e a familiarização com o corpo humano, além da integração da teoria com a prática na preparação para o trabalho clínico. Concluem que apenas os métodos de ensino em anatomia com recursos computadorizados, modelos anatômicos e aulas expositivas não substituem o aprendizado anatômico e clínico necessário à formação do

estudante de medicina e de outros cursos da saúde, em vista das possibilidades que a dissecação proporciona para melhor compreensão da disciplina e do conhecimento anatômico, o que contribui de forma efetiva para a prática clínica do profissional da saúde.

A relação entre saúde e educação é tratada no artigo *Percepção de educadores infantis sobre saúde, higiene e lavagem de mãos*, de Thayana da Silva Fuques, pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e dos pesquisadores da Universidade Federal do Pampa (RS), Simone Lara, Susane Graup e Rodrigo de Souza Balk. Os autores trazem reflexões sobre um estudo realizado com professores de uma escola pública de educação infantil sobre as percepções de educadores infantis a respeito da saúde, higiene e lavagem de mãos no contexto escolar. Partindo do pressuposto da existência de lacunas em relação à falta de conhecimentos dos educadores para atuar no cotidiano escolar com ações de educação em saúde, concluem pela importância de uma formação que envolva temáticas relacionadas a essas áreas. Destacam, no entanto, que tal concepção não é consenso na área da educação, em vista da prevalência do modelo biomédico que compreende a educação em saúde apenas como um compromisso dos professores de Ciências e Biologia e dos próprios profissionais da saúde. No entanto, observam que o professor de educação infantil pode contribuir para o desenvolvimento de práticas de higienização das mãos, meio simples e eficaz de prevenir a transmissão de microrganismos no ambiente e, para tal, há necessidade de políticas de incentivo à formação continuada para educadores infantis que desenvolvam aspectos de promoção integral da saúde.

O artigo *Formação continuada de professores de língua inglesa: análise de um relato*, das pesquisadoras Leticia Miranda Medeiros e Helena Amaral da Fontoura, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, traz a uma análise de um relato de autoavaliação de uma professora de Língua Inglesa, participante de curso de formação dos professores da Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA IV). Na análise do relato, as autoras apontam os aspectos positivos do curso quanto às contribuições para a prática em sala de aula assim como aspectos da análise crítica do discurso da participante sobre os processos de formação continuada.

As políticas institucionais na perspectiva dos professores da educação básica é objeto de estudo do artigo *Educação como prática social: conflitos e expectativas em educadores*, de Luiz Eduardo de Oliveira (Universidade de Braz Cubas -UBC). No trabalho, estuda as reflexões dos professores do Ensino Fundamental Ciclo II que atuam em instituições públicas e privadas na região do Alto Tietê – SP, sujeitos da pesquisa, sobre suas concepções e expectativas a respeito dos processos educativos. Partindo do pressuposto de que a instituição escola é,

também, uma fonte de conflitos, busca, na análise das contradições entre os modelos institucionais e as expectativas dos sujeitos, a compreensão que os sujeitos têm das tensões geradas pela instituição escola e como estas se traduzem nas relações interpessoais entre os professores e os sujeitos do aprendizado. Com objetivo de identificar as variáveis analíticas da situação geradora de conflitos individuais e coletivos, o estudo toma por base os aspectos socioculturais e socioeconômicos da formação dos sujeitos e suas percepções a respeito da educação e de seus diversos desdobramentos nos espaços de aprendizado.

Encerra este número da revista o artigo *Relato de experiência: visita de alunos da APAE no evento “Conhecendo o cérebro 2015”*, de Monara Nelid Fortuna Vieira, Ohana Turcato Macacare, Ellen Mayara Souza Cruz, Mathilde Tiellen Mariquito, Luiz Renato Martins da Rocha e Roberta Ekuni, da Universidade Estadual do Norte do Paraná. O trabalho traz um estudo sobre experiência realizada com a inclusão de alunos da APAE que participaram de evento voltado à ciência para estudante da educação básica. Nas reflexões sobre a experiência com a participação de pessoas com deficiência em eventos desse porte, os autores consideram que a experiência representou um momento significativo de aprendizagem tanto para os professores quanto para os estudantes e organizadores do evento, em vista de que os alunos portadores de deficiência são, na maioria das vezes, marginalizados por ações pouco inclusivas e contemplativas das diferenças.

Referências

NOSELLA, Paolo. A escola e a cultura do desempenho. In DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Textos selecionados do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Coleção Didática e Prática de Ensino. Minas Gerais, UFMG, Editora Autêntica, 2010, p. 529-552.